

aos vencimentos contratuais dos passivos atuariais e operacionais da Companhia. Os controles do risco de liquidez são realizados dentro da estrutura da Icatu Seguros. As tabelas a seguir apresentam os principais

ativos e passivos financeiros e seguros detidos pela Companhia, classificados segundo os prazos de vencimento contratuais dos fluxos de caixa, sem considerar a intenção de negociação ou marcação desses ativos.

10.3 Depósitos Judiciais: Os depósitos judiciais relativos às Obrigações Fiscais são registrados no Ativo Não Circulante e são compostos como segue:

	31/12/2017				31/12/2016				
	Até 3 Meses ou Sem Vencimento		Até 3 Meses ou Sem Vencimento		Até 3 Meses ou Sem Vencimento		Até 3 Meses ou Sem Vencimento		
	6 a 12 Meses	1 a 3 Anos	6 a 12 Meses	1 a 3 Anos	6 a 12 Meses	1 a 3 Anos	6 a 12 Meses	1 a 3 Anos	
Ativos Financeiros	18.738	232	2.228	21.198	17.303	46	211	2.024	19.584
Caixa e Bancos	1.959	-	-	1.959	407	-	-	-	407
Aplicações	13.810	232	2.228	16.270	14.476	46	211	2.024	16.757
Créditos das Operações	74	-	-	74	143	-	-	-	143
Titulos e Créditos a Receber	2.895	-	-	2.895	2.277	-	-	-	2.277
Passivos Financeiros	15.153	-	-	15.153	14.438	-	-	-	14.438
Contas a Pagar	2.949	-	-	2.949	2.294	-	-	-	2.294
Provisões Técnicas	12.143	-	-	12.143	12.094	-	-	-	12.094
Débitos das Operações	61	-	-	61	50	-	-	-	50

Os ativos financeiros, em sua maioria, possuem liquidez imediata e podem ser resgatados a qualquer momento para fazer face às obrigações, desta forma a expectativa de exigibilidade e realização avaliadas com prazos distintos no *aging* não representa risco. **4.3.2 Risco Operacional** - O Risco Operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos incluindo o risco Legal e *Compliance*. A gestão dos riscos operacionais é realizada em linha com o processo Gestão de Riscos Corporativos da Icatu Seguros com foco na identificação, avaliação e resposta aos riscos que possam comprometer o alcance dos objetivos dos processos. O processo de identificação dos riscos operacionais é realizado através da análise dos processos organizacionais e seus objetivos. Os riscos identificados são quantificados através de metodologia específica gerando planos de ação caso necessário. A metodologia utilizada objetiva mensurar a exposição dos riscos operacionais antes da ação dos controles (risco inerente) e após a ação dos controles (risco residual). As informações e registros dos riscos identificados, seus controles e os respectivos planos de ação de resposta são controlados e gerenciados pela área de Controles Internos que reporta os resultados ao Gestor de Risco e a Diretoria. O processo de gestão de riscos operacionais também conta com a manutenção de um banco de dados com os registros das perdas operacionais. Este processo permite um acompanhamento dos registros dos eventos de risco operacional ocorrido na Companhia e identificação dos processos e controles que possam mitigar a existência de novas ocorrências similares. Na esfera de Risco Legal, a avaliação é realizada de forma contínua pela área jurídica da Companhia, realizando análises de contratos corporativos, avaliando demandas internas e participando da formação de novos produtos a serem lançados, além de fornecer todo o subsídio para os processos judiciais da Companhia conforme diretrizes estabelecidas na Política de Gestão de Riscos. Para os Riscos de *Compliance*, que são aqueles que envolvem o não

cumprimento das leis e/ou regulamentações, a Companhia possui uma estrutura de *Compliance*, com responsabilidade de estabelecer mecanismos de controle para garantir que os mais diversos processos estejam sendo realizados de acordo com todos os requisitos legais e em sintonia com os princípios éticos. Os Riscos de Fraude são identificados através de estudos de risco de a Companhia ser objeto de fraudes, principalmente com relação aos produtos comercializados e suas práticas operacionais. Com base nos estudos é desenvolvida e implementada, na forma da legislação vigente, estrutura de controles internos específicos, validada pela auditoria interna, para tratar dos riscos identificados. **4.3.3 Risco de Subscrição** - A área de Subscrição de Riscos da Companhia tem por objetivo dar suporte na conquista e renovação de apólices, mantendo os riscos bem administrados pela Companhia garantindo assim sua solvência e proporcionando lucro aos acionistas. Nos últimos exercícios, a Companhia atuou apenas no seguro DPVAT, que é de contratação obrigatória por parte dos segurados e cujo risco é avaliado exclusivamente pela Seguradora Líder.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS: 5.1 Composição das Aplicações Financeiras e classificação em níveis de hierarquia de valor justo: Os ativos mantidos em carteira administrada própria são avaliados ao valor justo, utilizando-se preços negociados em mercados ativos e índices divulgados pela ANBIMA e pela B3. Os ativos foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, sendo: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2: *inputs* de mercado, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). A composição das aplicações financeiras classificadas por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo está apresentada como segue:

	31/12/2017			31/12/2016		
	Valor Contábil/Valor de Mercado	%	Rentabilidade	Valor Contábil/Valor de Mercado	%	Rentabilidade
Nível 1						
Letras Financeiras do Tesouro	2.460	15,12%	SELIC	2.235	13,34%	SELIC
Nível 2						
Quotas de Fundos de Investimento - Não Exclusivos	13.810	84,88%		14.476	86,39%	
Certificados de Depósitos Bancários a Prazo - CDB	-	-		46	0,27%	90% CDI
Categoria 1 - Valor justo por meio de resultado	16.270	100,00%		16.757	100,00%	
Total no Circulante	16.270	100,00%		16.757	100,00%	

As quotas de fundos de investimento estão precificadas conforme valores publicamente divulgados pelas instituições financeiras administradoras dos respectivos fundos.

5.2. Movimentação das Aplicações por Categoria:

Valor Justo por meio do Resultado	2015	Aplicações	Resgates	Rentabilidade	2016	Aplicações	Resgates	Rentabilidade	2017
	17.102	4.915	(7.481)	2.221	16.757	1.344	(3.458)	1.627	16.270

6. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS: A rubrica "Créditos Tributários" no ativo circulante é composta por Imposto de Renda a Recuperar no valor de R\$ 10 (R\$ 5 em 31/12/2016). Os créditos tributários diferidos da Companhia estão classificados no ativo não circulante, sendo originados exclusivamente de adições temporárias e compostos, em sua maioria, de provisões judiciais fiscais e depósitos judiciais. Conforme Circular Susep nº 517/15 e alterações posteriores, a Companhia realizou estudo aprovado pela Administração indicando a apuração de lucros tributáveis nos próximos 10 anos para os créditos tributários diferidos, decorrentes de diferenças temporárias, prejuízo fiscal e/ou base negativa. A seguir, a composição das adições/exclusões temporárias:

7. INVESTIMENTOS: Os investimentos são compostos da seguinte forma:

	Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício						Investimento				Resultado Patrimonial			
	Quantidade de Ações ON	Quantidade de Cotas	% de Participação	Capital Social	Patrimônio Líquido	(Prejuízo) do Exercício	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Investimentos														
Icatu Consultoria de Investimentos Ltda.	-	12	1,00%	301	12.115	45.598	3	-	457	1				
Icatu Serviços de Adm. Previdenciária Ltda.	-	1.123	0,01%	80.245	44.696	65	3	2	-	-				
Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT	29.743	-	0,19%	15.000	30.549	2.023	56	34	-	-				
Total de Investimentos							62	36	457	1				

A seguir, a movimentação das participações acionárias da Companhia:

Movimentação Investimentos	31/12/2015	31/12/2016	Adições	Dividendos JCP	Equivalência Patrimonial	31/12/2017
	Icatu Consultoria de Investimentos Ltda.	-	-	33	(486)	457
Icatu Serviços de Adm. Previdenciária Ltda	2	2	1	-	-	3
Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT	34	34	-	(5)	26	55
Total	36	36	34	(491)	483	62

8. PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS: As provisões estão classificadas no passivo circulante, registradas nos ramos de pessoas (DPVAT) e são compostas das seguintes formas:

SEGUROS	31/12/2015	Juros	Constituição	Reversão	31/12/2016	Juros	Constituição	Reversão	31/12/2017
	Sinistros a liquidar administrativo	588	67	38	(239)	454	37	4	(216)
Sinistros a liquidar judicial	2.421	406	772	(1.624)	1.975	192	214	(1.073)	1.308
	3.009	473	810	(1.863)	2.429	229	218	(1.289)	1.587
Provisão de Sinistros Ocorridos mas não avisados	5.352	971	3.409	(160)	9.572	982	1.917	(1.983)	10.488
Provisão para Despesas Relacionadas	62	12	46	(27)	93	8	60	(93)	68
Total	8.423	1.456	4.265	(2.050)	12.094	1.219	2.195	(3.365)	12.143

9. GARANTIA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

Os ativos garantidores das provisões técnicas são compostos por:

Provisões Técnicas - Seguros	31/12/2017	31/12/2016
	Ativos Vinculados a Cobertura de Reservas	12.143
Letras Financeiras do Tesouro	2.460	2.235
Certificados de Depósito Bancário a prazo - CDB	-	46
Quotas de Fundos de Investimentos - Não Exclusivos	13.810	14.476
Total de Aplicações	16.270	16.757
Excesso de Ativos Vinculados a Cobertura de Reservas	4.127	4.663

10. PROVISÕES JUDICIAIS, DEPÓSITOS JUDICIAIS E OBRIGAÇÕES FISCAIS: 10.1 Provisões Judiciais: A Companhia é parte em processos judiciais que se encontram em diversas instâncias, referentes às causas fiscais e cíveis. Em causas fiscais, existem 4 processos com probabilidade possível,

cujo valor estimado do risco é de R\$ 2.522 (R\$ 2.355 em 31/12/2016). Em causas cíveis, existem 6 processos, sendo 5 processos com probabilidade possível, cujo valor estimado do risco é de R\$ 245 (R\$ 227 em 31/12/2016) e 1 processo com probabilidade remota sem valor estimado do risco.

10.2 Outras Contas a Pagar - Obrigações Fiscais: São registradas no passivo não circulante as Obrigações Fiscais em discussão judicial e são compostas como segue:

	31/12/2015		Atualização		31/12/2016		Atualização		31/12/2017	
	Adições	Atuais	Adições	Atuais	Adições	Atuais	Adições	Atuais	Adições	Atuais
Contribuição Social	672	101	70	843	150	62	1.055			
COFINS	831	91	81	1.003	66	65	1.134			
PIS	265	15	24	304	10	20	334			
Total	1.768	207	175	2.150	226	147	2.523			

A seguir, um resumo dos principais questionamentos fiscais, oriundos de obrigações legais:

VANGUARDA CIA DE SEGUROS GERAIS	Probabilidade de Perda	Fase Processual	Depósito Judicial		Provisão	
			Valor atualizado em 31/12/2017	Valor atualizado em 31/12/2016	Valor atualizado em 31/12/2017	Valor atualizado em 31/12/2016
CSLL - Majoração da alíquota, de 9% para 15% - Lei nº 11.727/2008; e majoração da alíquota de 15% para 20% - Lei nº 13.169/2015.	Possível	Lei nº 11.727/2008 - Recurso Extraordinário no STF e Lei nº 13.169/2015 - 2ª instância.	R\$ 1.079	R\$ 879	R\$ 1.054	R\$ 843
PIS/Cofins - Alargamento da base - Lei nº 9.718/1998; Ativo garantidor e ativo livre - Lei nº 12.973/2014.	Possível	Alargamento da base - Aguardando decisão do STF e STJ; Ativo garantidor - 2ª instância e Ativo livre - 2ª instância.	R\$ 1.403, sendo R\$ 1.201 PIS	R\$ 1.234, sendo R\$ 1.056 PIS	R\$ 1.319, sendo R\$ 1.134 PIS	R\$ 1.167, sendo R\$ 1.003 PIS
PIS - Incidente sobre as receitas operacionais brutas nos termos do artigo 72, inciso V do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988.	Provável	Aguardando decisão do STF.	R\$ 168	R\$ 159	R\$ 149	R\$ 140

	Saldos em 31/12/2015		Atualização em 31/12/2016		Saldos em 31/12/2016		Atualização em 31/12/2017		Saldos em 31/12/2017	
	Adições	Mone-tária	Adições	Mone-tária	Adições	Mone-tária	Adições	Mone-tária	Adições	Mone-tária
Contribuição social	704	102	73	879	128	72	1.079			
COFINS	879	84	93	1.056	61	84	1.201			
PIS	288	22	27	337	9	24	370			
Ativos Fiscais	1.871	208	193	2.272	198	180	2.650			

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: 11.1 Capital Social: O capital subscrito e integralizado de R\$ 4.699 (R\$ 4.699 em 31/12/2016) é representado por 3.316.721 ações sem valor nominal, sendo ações ordinárias. **11.2 Reservas de Lucros:** As Reservas de Lucros de R\$ 1.629 (R\$ 739 em 31/12/2016) são compostas por: Reserva legal de R\$ 485 (R\$ 427 em 31/12/2016) que é constituída ao final do exercício social com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e será constituída pela Companhia até que o seu valor atinja 20% do capital social em conformidade com o art. 193 da Lei 6.404/76. Reserva estatutária de R\$ 1.144 (R\$ 312 em 31/12/2016) que é constituída ao final do exercício social por até 100% do lucro líquido do exercício, após as deduções legais.

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO E CAPITAL MÍNIMO REQUERIDO: Calculado conforme a Resolução CNSP nº 343/16 e alterações posteriores:

	31/12/2017	31/12/2016
Patrimônio Líquido Ajustado	6.344	5.454
Ajuste Contábeis	(91)	(60)
Participação em sociedades financeiras e não financeiras - Nacional	(62)	(36)
Ativos Intangíveis	(29)	(24)
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)	6.253	5.394
Capital Base (CB)	4.000	4.000
Capital de Risco de Crédito	177	182
Capital de Risco de Mercado	73	12
Capital de Risco - Redução por correlação	(42)	(9)
Capital de Risco - Operacional	50	50
Capital de Risco (CR)	258	235
Capital Mínimo Requerido - CMR (MAX(CB,CR))	4.000	4.000
Suficiência	2.253	1.394
Razão PLA/CMR	1,56	1,37

Em atendimento ao CNSP a Companhia apresenta montante em títulos do Tesouro Nacional ou fundos compostos por esses títulos, em excesso à necessidade de cobertura das provisões técnicas, superior a 20% (vinte por cento) do seu Capital Mínimo Requerido - CMR obtido ao se desconsiderar, no cálculo do capital de risco de mercado, os fluxos de operações não registradas.

13. PARTES RELACIONADAS: As principais transações com partes relacionadas são como segue:

Partes Relacionadas (em R\$ milhares)	2017	2016
Ativo		
Dividendos a Receber	118	-
Icatu Consultoria de Investimentos Ltda. (Ligada) [c]	118	-
Contas a Receber	191	245
Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT (Ligada)[b]	74	143
Icatu Capitalização S.A. (Ligada) [a]	92	89
Icatu Serviços de Adm. Previdenciária Ltda. (Coligada) [a]	6	3
Icatu Vanguarda Adm. de Recursos Ltda. (Ligada) [a]	9	8
Icatu Consultoria Ltda. (Ligada) [a]	8	2
Icatu Consultoria de Investimentos Ltda. (Ligada) [a]	2	-
Passivo		
Contas a Pagar	(339)	(50)
Icatu Seguros S.A. (Controladora)[a][c]	(277)	-
Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT (Ligada)[b]	(62)	(50)
Total (Ativo - Passivos)	(30)	195
Receitas	2017	2016
Recuperação de Despesas	727	230
Icatu Capitalização S.A. (Ligada) [a]	520	197
Icatu Serviços de Adm. Previdenciária Ltda. (Coligada) [a]	56	10
Icatu Vanguarda Adm. de Recursos Ltda. (Ligada) [a]	84	18
Icatu Consultoria de Investimentos Ltda. (Ligada) [a]	12	-
Icatu Consultoria Ltda. (Ligada) [a]	55	5
Despesas		
Despesas Administrativas	-	(17)
Icatu Seguros S.A. (Controladora)[a]	-	(17)
Total (Receitas - Despesas)	727	213

a) Reembolsos de custos administrativos, referem-se a rateio de despesas comuns a Companhia, suas Controladas e ligadas, os saldos são liquidados mensalmente, conforme estabelecido em instrumento particular de convênio assinado entre as partes; b) O saldo referente a seguradora Líder originada da participação da companhia no consórcio, que registra a operação e repassa a informação, sem movimentação financeira, constituindo um "Contas a Receber/Pagar"; c) Dividendos e Juros sobre Capital Próprio a receber referem-se às movimentações oriundas da distribuição de resultados de empresas coligadas e controladas.

14. SINISTRALIDADE E COMISSONAMENTO

Ramo DPVAT

DIRETORIA

Diretor Presidente: Luciano Snel Corrêa
Diretores: Mário José Gonzaga Petrelli -
 Alexandre Petrone Vilardi - Cesar Luiz Salazar Saut

Contador: Marcos Celio Santos Nogueira
 CRC-RJ nº 089.351/O-8
Atuário: Lígia de Abreu Sodré Pires - MIBA nº 1394

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da Vanguarda Companhia de Seguros Gerais. **Rio de Janeiro - RJ. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Vanguarda Companhia de Seguros Gerais ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Vanguarda Companhia de Seguros Gerais em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado,

concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos

de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2018. KPMG Auditores Independentes - CRC SP-014428/O-6 F-RJ; José Claudio Costa - Contador CRC 1SP167720/O-1.